



EDITORA ÁTICA S.A.

Demonstrações Financeiras

Individuais em 31 de dezembro de 2016
e Relatório dos Auditores Independentes



EDITORA ÁTICA S.A.

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes**

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	8
DIRETORIA.....	47



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Editora Ática S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Editora Ática S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Editora Ática S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificações, datado de 28 de abril de 2016.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais

relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)
ATIVO

	Notas	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	112.575	7.105
Ativos financeiros	7	-	395.462
Contas a receber de clientes	8	112.686	212.035
Estoques	9	99.225	101.652
Impostos a recuperar	10	45.235	39.376
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	30	4.550	2.438
Demais Ativos	11	2.720	3.314
Total do Ativo Circulante		376.991	761.382
NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	10	1.375	1.375
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	140.676	39.322
Depósitos judiciais	18	2.121	4.178
Investimentos	12	831.633	961.554
Intangível	13	83.269	50.871
Imobilizado	14	22.697	20.509
Total do Ativo Não Circulante		1.081.771	1.077.809
Total do Ativo		1.458.762	1.839.191

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
CIRCULANTE			
Fornecedores e demais contas a pagar	15	142.464	80.812
Fornecedores - Risco Sacado	15.1	111.335	95.836
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	436.223	10.206
Impostos e contribuições a pagar	17	2.819	510
Contas a pagar por aquisição de participação societária	29	-	395.454
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas	30	26.600	-
Total do Passivo Circulante		719.441	582.818
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores e demais contas a pagar	15	4	3
Contas a pagar por aquisição de participação societária	29	272.654	272.654
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	114.282	539.378
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas	30	23.000	-
Provisão para contingências	18	3.133	2.227
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	2.410
Total do Passivo Não Circulante		413.073	816.672
Total do passivo		1.132.514	1.399.490
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22	603.986	531.186
Reservas de capital	23	13.079	25.179
Ajuste de avaliação patrimonial		(8.933)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	67.300
Prejuízos acumulados		(281.884)	(183.964)
Total do patrimônio líquido		326.248	439.701
Total do passivo e patrimônio líquido		1.458.762	1.839.191

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Notas	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Receita líquida	24	425.360	370.620
Custos dos produtos e serviços	25	(143.646)	(134.741)
Lucro bruto		281.714	235.879
Despesas com vendas	25	(181.555)	(126.776)
Despesas gerais e administrativas	25	(116.089)	(124.258)
Outras receitas (despesas), líquidas	26	27.376	(2.308)
Lucro (prejuízo) operacional		11.446	(17.463)
Receitas financeiras	27	28.296	14.263
Despesas financeiras	27	(126.824)	(75.974)
Variação cambial líquida	27	243	(509)
Prejuízo antes do resultado de participação societária		(86.839)	(79.683)
Resultado da equivalência patrimonial	12	(127.437)	15.210
Remensuração ao valor recuperável de ativos (nota 12.1)		-	(164.802)
Prejuízo antes do impostos de renda e da contribuição social		(214.276)	(229.275)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	28	103.757	25.432
Prejuízo líquido do exercício		(110.519)	(203.843)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	<i>Nota</i>	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Prejuízo do Exercício		(110.519)	(203.843)
Outros resultados abrangentes (ORA)			
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Transações com acionistas não controladores	12.2	(8.933)	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(119.452)	(203.843)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital			Reservas de lucros		Transações de capital em coligada	Adiantamento para futuro aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	TOTAL
			Reservas para incentivos fiscais	Transações de capital com acionistas	Opções outorgadas de ações	Reserva legal	Retenção de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		103.559	805	-	13.566	13.463	36.388	(12.270)	-	-	155.511
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(203.843)	(203.843)
Plano de opção de compra de ações		-	-	-	10.808	-	-	-	-	-	10.808
Aumento de Capital com Cessão de Investimentos		427.627	-	-	-	-	-	-	-	-	427.627
Transações de Capital - Cessão de Investimentos Somos Educação		-	-	-	-	-	-	4.298	-	-	4.298
Pagamento de Dividendos		-	-	-	-	-	(22.000)	-	-	-	(22.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	67.300	-	67.300
Absorção e alocações aos prejuízos		-	-	-	-	(13.463)	(14.388)	7.972	-	19.879	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		531.186	805	-	24.374	-	-	-	67.300	(183.964)	439.701
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(110.519)	(110.519)
Plano de opção de compra de ações	21	-	-	12.087	(12.087)	-	-	-	-	-	-
Realização das opções outorgadas de ações	21	-	-	-	(12.100)	-	-	-	-	12.100	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	5.500	-	5.500
Aumentos de Capital com Capitalizações de AFAC	22	72.800	-	-	-	-	-	-	(72.800)	-	-
Transações de Capital - aquisição Converge		-	-	-	-	-	-	(8.933)	-	-	(8.933)
Incorporação Converge	12	-	-	-	-	-	-	-	-	499	499
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		603.986	805	12.087	187	-	-	(8.933)	-	(281.884)	326.248

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	<i>Notas</i>	Em 31 de dezembro de 2016	Em 31 de dezembro de 2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(110.519)	(203.843)
Ajustes de:			
Depreciações e amortizações	25	10.551	12.821
Baixa na venda de imobilizado		3	702
Resultado de equivalência patrimonial	12	127.437	(15.210)
Provisão para contingências	18	906	(2.513)
Imposto de renda diferido	19	(103.764)	(25.493)
Perda com Investimentos		-	(18.339)
Ganho ajuste de preço de aquisição	29	(36.581)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8.C	2.417	(120)
Provisão para perdas em estoques	9	3.505	184.141
Opção de compra de ações	21	-	10.808
Amortização custo de transação das debêntures	16	4.629	414
Juros e variação cambial, líquida		89.842	67.438
Variação no capital circulante			
Contas a receber de clientes		96.957	(59.030)
Estoques		(1.078)	(652)
Impostos a recuperar		(5.373)	(15.255)
Demais ativos		609	4.025
Depósitos judiciais		2.057	983
Fornecedores e demais contas a pagar		76.556	44.191
Impostos e contribuições a pagar		2.307	(107)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	1.065
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(1.065)
Juros recebidos de aplicações financeiras		17.551	-
Juros pagos		(89.476)	(14.686)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS		88.536	(29.725)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de:			
Imobilizado	14	(7.630)	(6.879)
Intangível	13	(13.897)	(38.414)
Aquisição de Investimento	12	(11.600)	(99.165)
Aumento de caixa pela incorporação de subsidiária		2.997	-
Venda de Investimento		-	38.360
Aplicações Financeiras:			
Resgate (aplicação) de principal		395.462	(395.462)
Pagamento de aquisição de participação societária	29	(375.914)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada		-	(19.550)
Mútuos recebidos de partes relacionadas	30.1	26.600	194
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		16.018	(520.916)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Captação de empréstimos e financiamentos	16	-	393.731
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	16	(4.584)	(15.957)
Aumento (redução) de capital		-	67.300
Adiantamento para futuro aumento de capital		5.500	-
Dividendos pagos		-	(22.000)
Juros sobre capital próprio pagos		-	(281)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		916	422.793
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		105.470	(127.848)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	7.105	134.953
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	112.575	7.105
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		105.470	(127.848)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Editora Ática S. A. ("Companhia" ou "Editora Ática") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, tendo como controladora a Somos Educação S.A. ("Grupo"). A Companhia tem como atividade preponderante a edição, publicação, divulgação e comercialização, no atacado ou varejo, de livros, sistemas de ensino e publicações de qualquer natureza, voltados, principalmente, para a educação.

Em 22 de dezembro de 2016, a Companhia adquiriu a participação do acionista não controlador na Converge, conforme demonstrado na nota explicativa 12.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou um aporte de capital na controlada Somos Operações Escolares S.A. com as participações societárias das empresas ACEL, Colégio Motivo, Curso P.H. e Sistema P.H., conforme demonstrado na nota explicativa 12.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou passivo circulante maior que o ativo circulante no montante de R\$ 342.450, ocasionado principalmente pelas obrigações em curto prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures. Conforme descrito na nota 4, a gestão do capital da Companhia é efetuada de forma consolidada no nível de sua controladora Somos Educação S.A. e desta forma, quando e se necessário, a Companhia conta com o suporte financeiro de sua controladora e de suas partes relacionadas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2017.

1.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico, como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

1.3. Consolidação

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras individuais, e não consolidadas, por satisfazer as condições definidas pelo CPC 36, a seguir apresentadas:

- i. A Companhia é ela própria uma controlada da Somos Educação S.A., a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora;
- ii. Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais);
- iii. Não há arquivo, nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a uma Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e,
- iv. A controladora Somos Educação S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio do resultado de acordo com o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2016 da Acionista Controladora Somos Educação S.A., foi disponibilizada ao público em 28 de março de 2017.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas no Grupo a partir da data em que o controle é transferido e são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Companhia. As empresas controladas estão descritas na Nota 12.

1.4. Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas das avaliações, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

1.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

1.6. Ativos financeiros (não derivativos)

1.6.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos, recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia mantém aplicações em depósitos bancários que se enquadram como caixa e equivalentes de caixa.

O Grupo classifica seus passivos financeiros como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

1.6.2. Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do

reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia e suas controladas. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

Os empréstimos e recebíveis e os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os custos da transação dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

1.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

1.6.4. *Impairment* de ativos

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado pela diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

1.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se substancialmente à comercialização no atacado (mercado público e privado) e varejo de livros (Editoras) e apostilas (Sistemas de Ensino) voltados para a educação, livros de idiomas, royalties de franquias, e às mensalidades de escolas e dos cursos preparatórios para exames de vestibular e de concursos públicos. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Em geral a PCLD é constituída quando um crédito encontra-se vencido há mais de 90 dias. A Companhia também leva em consideração a análise de perdas históricas e o acompanhamento da situação individual de seus clientes.

1.8. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, considerando o custo e o valor líquido de realização, dos dois o menor, quando aplicável, reduzido pela provisão para obsolescência.

A Companhia efetua provisão para perdas para os produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação as quais são analisadas e avaliadas periodicamente quanto a

expectativa de realização destes estoques. A Administração avalia periodicamente a necessidade de serem destruídos.

1.9. Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando há a impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante.

1.10. Ativos Intangíveis

a. Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida, e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

b. Marcas registradas

As marcas registradas adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, e são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas em uma conta específica do grupo de intangíveis. Posteriormente, as marcas, avaliadas como vida útil indefinida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As marcas são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. As marcas com vida útil definida são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada baseada no prazo de 25 anos.

c. Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada baseada na vida média esperada da relação com o cliente entre 3 e 20 anos.

d. Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável dos *softwares* de 3 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis a projetos específicos e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 7 anos.

Os ativos intangíveis: ágios, marcas registradas, relações contratuais com clientes e outras mais valias de ativos adquiridos em combinações de negócio são registrados na rubrica de Investimentos nas demonstrações individuais da Companhia.

1.11. Imobilizado

Máquinas e equipamentos industriais são aqueles mantidos pela Companhia para produção de apostilas do sistema de ensino e livros didáticos. Os equipamentos de informática referem-se aos computadores e servidores mantidos para gerenciamento das informações e banco de dados das unidades operacionais e corporativo.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada baseada na vida útil estimada, como segue:

Categoria	Anos
Máquinas e Equipamentos Industriais	3 - 10
Instalações, Outras Imobilizações e Benfeitoria	5 - 10
Móveis e Utensílios, Veículos e Equipamentos de Computação	3 - 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o saldo residual excede o valor recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia, conseqüentemente, foram utilizadas as mesmas taxas de depreciação utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

1.12. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio* e as marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do *ágio* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. A marca é testada pela economia esperada pelo não pagamento de royalties relacionado às marcas.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e testados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins desse teste, o *ágio* é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *ágio* se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subseqüentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na

data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

1.13. Fornecedores e demais contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

1.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

1.15. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

1.16. Direitos autorais

Os direitos autorais são reconhecidos a débito no resultado no exercício com base nas receitas de vendas dos livros, de acordo com o período de competência, e correspondem à remuneração paga aos autores das obras após o início de sua comercialização. Os saldos de direitos autorais pagos durante a fase de elaboração das obras estão apresentados na rubrica de produtos em elaboração, no grupo de estoques.

1.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, às posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias ou prejuízos fiscais e bases negativas possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são utilizados quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos

diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

1.18. Benefícios a funcionários

A companhia possui os benefícios abaixo a empregados e não aplica benefícios pós-emprego, exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo, de que trata a CPC 33 (R1). Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

a. Obrigações de aposentadoria (Pensão)

O plano de pensão da Companhia é classificado como contribuição definida, sendo que são pagas contribuições aos planos de pensão administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Privada (“AbrilPrev”) em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

b. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o EBITDA, metas e resultados atribuídos aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

A Companhia oferece aos funcionários participação nos resultados, por meio da Superação, programa de participação nos resultados do Grupo Somos Educação vinculado ao atingimento de metas pré-estabelecidas.

O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

c. Remuneração com base em ações

A Companhia opera um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais as entidades recebem os serviços dos administradores e empregados da Companhia como contraprestação por instrumentos de patrimônio

líquido da controladora Somos Educação S.A.. O valor justo dos serviços dos administradores e empregados da Companhia, recebidos em troca da outorga de ações, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante a referência ao valor justo das ações outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de ações cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas (*vesting date*).

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições de tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

1.19. Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

1.20. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

1.21. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. Receita com venda de produtos

A receita com venda de produtos (livros, apostilas e outras publicações) é creditada ao resultado quando da entrega do produto.

b. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

1.22. Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação do IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge, e que o índice de *hedge* seja o mesmo que a Administração de fato usa para fins de gestão do risco. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção, uma vez que dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro.

. IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o CPC 17 (IAS 11) - "Contratos de Construção", CPC 30 (IAS 18) - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

. IFRS 16 – “Arrendamentos” – Essa nova norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- Nota explicativa 8 – Provisão para perdas em estoques
- Nota explicativa 12 – Perdas (*impairment*) do ágio e marcas
- Nota explicativa 16 – Provisão para contingências
- Nota explicativa 17 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Perda (*impairment*) do ágio e de marcas

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio e de marcas adquiridas. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. Para realização dos testes, que são feitos em bases anuais, a Companhia

se utiliza das projeções de negócios de cada uma das unidades geradoras de caixa, bem como, informações de mercado relacionadas aos riscos nos quais essas UGCs estão inseridas, sendo assim, os principais julgamentos críticos são:

- Taxa de crescimento projetado para cada negócio;
- Taxa de juros projetados;
- Taxas de descontos utilizadas para cálculo do valor presente dos fluxos projetados;
- Determinação de taxa de perpetuidade para cada negócio avaliado; e
- Economia esperada pelo não pagamento de royalties relacionado às marcas.

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração da Companhia preparou o teste de *impairment* de ágio e marcas adquiridas e não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. Na prática, a Tesouraria Corporativa pode vir a contratar instrumentos financeiros com o intuito de proteger a companhia de riscos de taxa de juros e câmbio.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria Corporativa do Grupo que avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

a. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i. Riscos de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio da Companhia decorre de operações contratadas em moeda estrangeira, principalmente com fornecedores de tecnologia e de conteúdo editorial, em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui nenhuma operação a pagar em moeda estrangeira que justifique operações de hedge contratadas para fins de proteção.

ii. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional que estão subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores, principalmente o CDI e TJLP. O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra o risco de volatilidade da taxa de juros. Contudo, as aplicações financeiras, também indexadas ao CDI, mitigam parcialmente a exposição a esse indexador. Há ainda um monitoramento contínuo dessas taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual conveniência da contratação de instrumentos para proteger contra esse tipo de risco.

Os valores de mercado das operações acima mencionadas não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras na data do balanço.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa investidos em instituições financeiras por meio de títulos e valores mobiliários de alta liquidez, e contas a receber de clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos títulos somente de entidades independentes classificadas com grau de investimento em rating local por ao menos uma das três principais agências de risco (Standard & Poor's, Moody's Investor e Fitch Rating).

Em 31 de dezembro de 2016, as taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado, através da aplicação em um fundo de investimento em cotas de fundos de investimento (FIC) de renda fixa e perfil conservador, baseado principalmente em títulos públicos e papéis de instituições financeiras com grau de investimento. A rentabilidade média do fundo para o período foi de 101,00% da taxa DI. Seu risco de perda de principal é remoto e sua classificação contábil é de curto prazo, uma vez que existe possibilidade de liquidez imediata para a totalidade dos recursos aplicados no fundo, caso necessário.

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso normal de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do saldo de contas a receber de clientes. A Administração mantém provisões para crédito de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c. Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e ao saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros não derivativos, que são mensurados pelo método do custo amortizado. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, acrescidos de reconciliação para os valores registrados no balanço patrimonial consolidado. Para projeção dos fluxos futuros a Companhia se utilizou das taxas médias atuais do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários, ou seja, 13,63 % a.a. (14,14% a.a. em 31 de dezembro de 2015).

	Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2016							
Debêntures	16	514.107	74.023	85.408	673.538	(128.089)	545.449
Empréstimos e financiamentos	16	5.144	529	-	5.673	(617)	5.056
Fornecedores e demais contas a pagar	15; 15.1	142.464	4	-	142.468	-	142.468
Em 31 de dezembro de 2015							
Debêntures	16	6.073	567.413	187.192	760.678	(220.672)	540.006
Empréstimos e financiamentos	16	5.404	6.805	664	12.873	(3.295)	9.578
Fornecedores e demais contas a pagar	15; 15.1	176.648	3	-	176.651	-	176.651

Em 31 de dezembro de 2015, foi desconsiderado para fins de análise de crédito o contas a pagar por aquisição da Saraiva Educação, cuja contra partida está depositada em conta caução – ativo financeiro (*escrow account*) no montante de R\$ 395 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2016, desconsiderado para fins de análise de crédito o contas a pagar por aquisição de empresas por se tratar de operações com partes relacionadas.

4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	<i>Nota</i>	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	16	550.505	549.584
(+) Contas a pagar por aquisição de participação societária (i)	29	272.654	668.108
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(112.575)	(7.105)
Dívida líquida		710.584	1.210.587
Total do patrimônio líquido		-	439.701
Patrimônio, acrescido da dívida líquida		710.584	1.650.288
Índice de alavancagem (%)		100	73

(i) Em 31 de dezembro de 2015 desconsiderado para fins de índices de alavancagem financeira o saldo depositado em conta caução – ativo financeiro (*escrow account*) no montante de R\$ 395 milhões cuja contra partida está no contas a pagar por aquisição da Saraiva Educação.

A companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas líquidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido). O capital é administrado somente no nível consolidado.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, classificados como valor justo por meio do resultado com destaque para as aplicações financeiras e os ativos financeiros, empréstimos e recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, duplicatas a receber de clientes, demais contas a pagar, fornecedores e empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Valor Contábil	Valor de Mercado	Hierarquia de valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo				
Aplicações financeiras	6	112.203	112.203	Nível 2
		112.203		
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	6	372		
Contas a receber de clientes	8	112.686		
Demais ativos	11	2.720		
		115.778		
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores e demais contas a pagar	15	34.340		
Fornecedores - risco sacado	15.1	111.335		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	708.877	548.960	Nível 2
Contas a pagar por aquisição societária	29	272.654		
		1.127.206		

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos.

A IFRS 13 / CPC 46 – Mensuração do Valor Justo define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Ainda de acordo com a IFRS 13, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

Nível 3 – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

b. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em atendimento a Deliberação CVM nº 550/08, a Companhia elaborou um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar impactos no resultado e patrimônio líquido da Companhia, com cenário mais provável segundo avaliação efetuada pela Administração em conjunto com consultores externos, considerando um horizonte de doze meses. Adicionalmente, dois outros cenários foram demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08 de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

	Nota	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2016	Ganho (perda)		
			Cenário provável (ii)	Cenário I (iii)	Cenário II (iv)
Aplicações financeiras	6	112.575	15.344	19.180	23.016
Total dos ativos em CDI		112.575	15.344	19.180	23.016
Debêntures colocadas	16	(545.449)	(83.781)	(102.367)	(120.953)
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas	30	(49.600)	(7.619)	(9.309)	(10.999)
Dívida total em CDI (i)		(595.049)	(91.400)	(111.676)	(131.952)
Exposição líquida em CDI		(482.474)	(76.056)	(92.496)	(108.936)
Taxa CDI - % a.a		13,63%	14,13%	17,66%	21,20%
Variação da taxa em relação à projeção				25%(iii)	50%(iv)

(i) Não considera o empréstimo BNDES-FINAME, atualizado pela TJLP, no montante de R\$ 5.056 (nota 16)

para a qual as projeções indicam manutenção da taxa dos níveis atuais.

(ii) Variação da taxa atual para o cenário mais provável estimado.

(iii) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 25%.

(iv) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 50%.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa	210	170
Bancos conta movimento	162	843
Aplicações financeiras (i)	112.203	6.092
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	112.575	7.105

(i) Em 31 de dezembro de 2016, a rentabilidade média das aplicações financeiras para o período foi de 101,00% do CDI. As aplicações financeiras são compostas por aplicações em um fundo de investimento em cotas de fundos de investimento (FIC) de renda fixa e perfil conservador, baseado principalmente em títulos públicos e papéis de instituições financeiras com grau de investimento. Seu risco de perda do principal é remoto e sua classificação contábil é de curto prazo, uma vez que a liquidez é diária para a totalidade dos recursos aplicados, se caso necessário. Em 31 de dezembro de 2015 as aplicações financeiras eram remuneradas à taxa média de 98,61% de variação do CDI.

7. ATIVOS FINANCEIROS

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativos Financeiros - <i>Escrow Account</i>	-	395.462
ATIVOS FINANCEIROS - <i>Escrow Account</i>	-	395.462

Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia e a Saraiva e Siciliano S.A. assinaram o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição da Saraiva Educação Ltda., que ocasionou o depósito em conta caução – ativos financeiros (*escrow account*).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia pagou o montante líquido de R\$ 376.424 de contas a pagar por aquisição de participação societária da Saraiva Educação Ltda., com os recursos aplicados em conta caução, aos acionistas vendedores - Saraiva e Siciliano S.A. (Nota 32).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a. Composição:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Livros didáticos e paradidáticos	113.151	213.498
Outras	2.765	1.407
TOTAL DE CLIENTES	115.916	214.905
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.230)	(2.870)
TOTAL DE CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	112.686	212.035

Em 31 de dezembro de 2016, do total do saldo de contas a receber (comercialização de livros didáticos e paradidáticos), o montante de R\$ 10.924 (R\$ 130.206 em 31 de dezembro de 2015) refere-se às vendas ao Governo, substancialmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação – MEC, e a parcela restante refere-se às vendas no mercado privado.

b. Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

Composição	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
A vencer:	110.255	75.713
Vencidas:	5.661	139.192
Até 30 dias	865	93.744
De 31 a 60 dias	526	39.812
De 61 a 90 dias	1.054	1.207
De 91 a 180 dias	842	1.029
De 181 a 360 dias	1.962	1.398
Há mais de 360 dias	412	2.002
TOTAL	115.916	214.905

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Saldos em 1º de janeiro	2.870	2.991
Adições no período	37.326	6.607
Reversões no período	(34.909)	(5.282)
Perdas Efetivas	(2.057)	(1.446)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO	3.230	2.870

9. ESTOQUES

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Produtos acabados	50.838	44.277
Produtos em elaboração	28.263	23.741
Matérias-primas	18.698	33.306
Importações em andamento	1.426	328
TOTAL DE ESTOQUES	99.225	101.652

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía provisão para perdas em estoques de produtos acabados no montante de R\$ 10.628 (R\$ 20.985 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia constitui a provisão para perdas em estoques com base na expectativa de realização destes.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Saldos em 1º de janeiro	20.985	16.294
Adições no período	18.314	7.929
Reversões no período	(14.809)	(2.233)
Perda em estoques	(13.862)	(1.005)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO	10.628	20.985

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Imposto de renda e contribuição social (i)	27.154	14.086
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	11.639	20.079
Programa de Integração Social - PIS	4.428	2.769
Imposto de renda sobre aplicação financeira	2.434	2.513
Imposto de renda juros sobre o capital próprio	373	430
Demais impostos	582	874
TOTAL DE IMPOSTOS A RECUPERAR	46.610	40.751
Circulante	45.235	39.376
Não circulante	1.375	1.375

- (i) Correspondem aos valores de prejuízos fiscais e de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados e constituídos em períodos anteriores, retenções na fonte do ano corrente e eventuais antecipações ocorridas neste exercício com base em estimativas mensais referentes ao regime de apuração do lucro real anual e relativos a créditos constituídos ao longo deste exercício, atualizados monetariamente, e que serão utilizados para a compensação com tributos federais, assim, permitidos pela legislação.

11. DEMAIS ATIVOS

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Adiantamentos a empregados	380	424
Adiantamentos a fornecedores	221	223
Adiantamentos de direitos autorais	1.170	2.231
Pagamentos antecipados	357	322
Outros	592	114
TOTAL DEMAIS ATIVOS	2.720	3.314

12. INVESTIMENTOS

Investimentos:	Nota	Grupo PH	SGE	Motivo	Grupo Sigma	Saraiva	Somos Operações Escolares	Converge	Total
Total em 31 de dezembro de 2015		177.101	46.324	105.381	138.128	494.619	-	-	961.554
Aquisição de participação societária de não controladores	12.2	-	-	-	-	-	-	11.600	11.600
Transações com acionistas não controladores	12.2	-	-	-	-	-	-	(8.933)	(8.933)
Cessão das cotas de investimentos	12.2	-	-	-	-	-	-	23.499	23.499
Incorporação de acervo líquido	12.2	-	-	-	-	-	-	(5.766)	(5.766)
Cisão de acervos líquidos em 31/12/2016	12.3	(192.554)	-	(106.801)	(143.829)	-	443.184	-	-
Equivalência Patrimonial									
Participação nos lucros de subsidiárias		17.372	1.520	2.670	7.786	42.039	-	-	71.387
Amortização de mais valia (alocação)		(2.907)	(490)	(1.894)	(3.160)	(193.246)	-	-	(201.697)
Impostos diferidos sobre amortização - mais valia (alocação)		988	166	644	1.075	-	-	-	2.873
Transferência para intangível por incorporação de investimento	12.2	-	-	-	-	-	-	(20.400)	(20.400)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(2.484)	-	-	(2.484)
Total em 31 de dezembro de 2016		-	47.520	-	-	340.928	443.184	-	831.633
Patrimônio líquido		-	26.647	-	-	72.687	443.184	-	542.519
Goodwill		-	15.627	-	-	70.965	-	-	86.592
Mais valia:									
Estoques		-	-	-	-	60.848	-	-	60.848
Carteira de Clientes		-	-	-	-	7.930	-	-	7.930
Contrato de não competição		-	141	-	-	9.627	-	-	9.768
Direitos de Edição		-	-	-	-	46.278	-	-	46.278
Marcas		-	5.105	-	-	69.327	-	-	74.432
Imobilizado		-	-	-	-	2.516	-	-	2.516
Software		-	-	-	-	750	-	-	750
Total mais valia		-	5.246	-	-	197.276	-	-	202.522

Abaixo, participação societária da Companhia e resultado de equivalência patrimonial dos investimentos:

Nome	Negócio	Participação	31/12/2016	31/12/2015
Sistema P.H. de Ensino Ltda. (Grupo pH)	Escola de ensino básico	Indireta	-	100,00%
Curso P.H. Ltda. (Grupo pH)	Cursos Preparatórios	Indireta	-	100,00%
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	Distribuição de Sistema de Ensino	Direta	100,00%	100,00%
Colégio Motivo Ltda. (Grupo Motivo)	Escola de ensino básico	Indireta	-	100,00%
Saraiva Educação Ltda.	Editora de Livros	Direta	100,00%	100,00%
ACEL Administração de Cursos Educacionais Ltda. (Sigma)	Escola de ensino básico	Indireta	-	100,00%
Somos Operações Escolares S.A.	Holding de operações escolares	Direta	100,00%	-

Segue abaixo a participação da Companhia no total de ativos, passivos e resultados de suas controladas:

Investimentos Diretos	Participação %	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	PL	Lucro / (Prejuízos)	31 de dezembro de 2016 Resultado equivalência patrimonial
Editora Ática S.A.							
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	100,00%	21.698.024	33.079	6.432	26.647	1.517	1.517
Mais Valia - SGE	-	-	-	-	-	-	(323)
Saraiva Educação S.A.	100,00%	90.254.797	674.277	601.588	72.689	42.042	42.042
Mais Valia - Saraiva	-	-	-	-	-	-	(193.246)
Somos Operações Escolares S.A. (nota 12.4)	100,00%	441.814	443.184	-	443.184	-	-
Sistema P.H. de Ensino Ltda. (Grupo pH)	-	-	-	-	-	12.874	12.874
Mais Valia - Grupo pH	-	-	-	-	-	-	(1.919)
Curso P.H. Ltda. (Grupo pH)	-	-	-	-	-	4.498	4.498
Colégio Motivo Ltda. (Grupo Motivo)	-	-	-	-	-	2.670	2.670
Mais Valia - Motivo	-	-	-	-	-	-	(1.250)
ACEL Administração de Cursos Educacionais Ltda. (Sigma)	-	-	-	-	-	7.786	7.786
Mais Valia - Sigma	-	-	-	-	-	-	(2.086)
Total Equivalência Patrimonial de Operações Continuadas			1.150.540	608.020	542.520	71.387	(127.437)

12.1. Alienação Central de Produções GWUP

Em 15 de dezembro de 2015, de acordo com fato relevante divulgado pela controladora Somos Educação, foi anunciada a venda da Central de Produções GWUP pelo preço de R\$ 398 milhões. Esta operação gerou à Companhia um resultado líquido negativo em 2015 no montante de R\$ 164.802.

Antes da alienação, as ações da Central de Produções GWUP em poder das empresas relacionadas Editora Scipione S.A. e Somos Sistema de Ensino S.A., foram adquiridas pela Companhia, gerando um saldo de contas a pagar em 31 de dezembro de 2015 e 2016 de R\$ 55.816 e R\$ 216.838 para as respectivas empresas relacionadas, totalizando R\$ 272.654.

12.2. Aquisição Converge seguida da incorporação do acervo pela Editora Ática

Em 22 de dezembro de 2016, a Companhia adquiriu por R\$ 11.600 os 46,3% da participação do acionista não controlador na Converge Participações S.A.. Por se tratar de uma transação entre os sócios, a diferença entre o valor pago e o valor contábil sobre a parcela adquirida dos acionistas não controladores no montante de R\$ 8.933, foi reconhecida no Patrimônio Líquido da Companhia na rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016, foi aprovada a cisão parcial da Somos Educação e Participações S.A., seguida da versão do acervo cindido para a Companhia. O acervo cindido no montante de R\$ 23.499 era composto principalmente pela parcela de 53,7% do investimento devido anteriormente pela Somos Educação e Participações S.A. na Converge, dessa forma, após a reorganização mencionada acima, a Companhia passou a deter 100% do capital social da Converge.

Ainda em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Converge foi avaliado, com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 5.766, de acordo com laudo de avaliação contábil emitido por empresa especializada e conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária foi efetuada a incorporação da Converge pela Companhia, com a consequente extinção da Converge. A incorporação não resultou em aumento de Capital na Companhia.

O saldo remanescente de R\$ 20.400 tratava-se de *goodwill* e foi reclassificado para o intangível.

12.3. Reorganizações societárias em 2016

Em 31 de dezembro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital na Somos Operações Escolares S.A. pela Companhia no valor de R\$ 443.184. Esse aumento de capital foi realizado através da cessão de quotas das empresas ACEL, Colégio Motivo, Curso P.H. e Sistema P.H., todos avaliados a valor contábil conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada.

12.4. Teste do ágio para verificação de *impairment*

O Grupo avaliou a recuperação do valor contábil do *goodwill* utilizando o conceito do valor em uso, através da metodologia do fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativa do conjunto de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda dos seus serviços. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa para um período de cinco anos e a perpetuidade a partir do 5º ano, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, investimentos e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuro para o período de cinco anos são baseadas no plano de negócios do Grupo, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base no custo médio ponderado de capital.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2016 são as que se seguem:

Premissas	
Taxa de juros projetados	14,5%
Taxa de desconto (WACC - em termos nominais)	15,0%
g= fator de crescimento na perpetuidade (com inflação)	5,5%

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Administração não identificou nenhuma perda por *impairment* em ágio e outros intangíveis com vida útil indefinida e nenhum indicativo de *impairment* para os ativos com vida útil definida. Adicionalmente, a Administração não espera desvios relevantes nas premissas utilizadas para o teste de *impairment*.

13. INTANGÍVEL

	Sistemas de Computação (i)	Software em desenvolvimento (ii)	Carteria de clientes	Goodwill de investimento incorporado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.624	6.732	3.515	-	19.871
Adições	16.115	22.299	-	-	38.414
Transferência	-	2.648	-	-	179
Amortização	-	4.078	(3.515)	-	(7.593)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	19.013	31.858	-	-	50.871
Adições	5.974	7.923	-	-	13.897
Incorporação (iii)	1.070	2.105	-	20.400	23.575
Amortização	-	5.074	-	-	(5.074)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	20.983	41.886	-	20.400	83.269

- (i) Sistemas de computação referem-se, principalmente, a licenciamentos de sistemas ERP Oracle, melhorias em sistemas de controle de custo, bem como novo sistema de Direitos Autorais.
- (ii) *Software* em desenvolvimento refere-se, substancialmente, a projetos de infraestrutura, TI e desenvolvimento de sites e conteúdo.
- (iii) Incorporação Converte (Nota 12.2).

14. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/15	Adições	Baixas	Incorporação	Depreciações	Saldo líquido em 31/12/16
Instalações	10%	7.356	118	-	-	(887)	6.587
Máquinas e equipamentos industriais	10%	1.012	179	-	-	(138)	1.053
Móveis e utensílios	10%	1.297	83	-	6	(193)	1.193
Veículos	33%	3.918	-	-	-	(2.135)	1.783
Equipamentos de computação	33%	2.275	1.298	(3)	32	(1.695)	1.907
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	942	334	-	-	(429)	847
Imobilizações em andamento (i)	-	3.709	5.618	-	-	-	9.327
TOTAL IMOBILIZADO		20.509	7.630	(3)	38	(5.477)	22.697

- (i) Referem-se substancialmente aos gastos com reestruturação e integração das operações.

	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/14	Adições	Baixas	Transferência	Depreciações	Saldo líquido em 31/12/15
Instalações	10%	8.136	98	-	-	(878)	7.356
Máquinas e equipamentos industriais	10%	822	295	-	-	(105)	1.012
Móveis e utensílios	10%	1.367	116	-	-	(186)	1.297
Veículos	33%	5.472	1.135	(538)	-	(2.151)	3.918
Equipamentos de computação	33%	2.343	1.359	(164)	131	(1.394)	2.275
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.257	599	-	(399)	(515)	942
Imobilizações em andamento	-	344	3.277	-	88	-	3.709
TOTAL IMOBILIZADO		19.741	6.879	- 702	- 180	- 5.229	20.509

A Administração não identificou nenhum indicativo de *impairment* em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

15. FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Fornecedores nacionais	22.954	18.102
Fornecedores estrangeiros	3.354	-
Salários e encargos sociais	82.513	50.993
Direitos autorais a pagar	15.339	11.479
Recebimento antecipado	10.276	-
Outras contas a pagar	8.032	241
TOTAL FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR	142.468	80.815
Circulante	142.464	80.812
Não Circulante	4	3

15.1. Fornecedores - Risco Sacado

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Fornecedores - Risco Sacado	111.335	95.836

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, pois as instituições financeiras levam em consideração o risco de crédito do comprador, portanto, neste caso, nós a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 1,2% a.m. (em 31 de dezembro de 2015, essa média ponderada foi de 1,25% a.m.) e o prazo médio de pagamento de 360 dias

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31 de dezembro de 2015	Baixa do Principal	Baixa de Juros	Provisão de Juros	Custo transação debêntures	Transferência	31 de dezembro de 2016
Circulante							
Debêntures colocadas	5.592	-	(82.389)	83.203	4.629	420.521	431.556
Em moeda nacional:							
BNDES	4.614	(4.584)	(669)	731	-	4.575	4.667
TOTAL CIRCULANTE	10.206	(4.584)	(83.058)	83.934	4.629	425.096	436.223
Não Circulante							
Debêntures colocadas	534.414	-	-	-	-	(420.521)	113.893
Em moeda nacional:							
BNDES	4.964	-	-	-	-	(4.575)	389
TOTAL NÃO CIRCULANTE	539.378	-	-	-	-	(425.096)	114.282
TOTAL EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	549.584	(4.584)	(83.058)	83.934	4.629	-	550.505

16.1 Os empréstimos e financiamentos de longo prazo e as debêntures, em 31 de dezembro de 2016, têm seus vencimentos distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	2016
2018	57.336
2019	56.946
TOTAL	114.282

16.2. Debêntures

Em 23 de dezembro de 2015 foi realizada a Quarta Emissão de Debêntures da Companhia, todas em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversível em ações, nos termos da Instrução CVM 476, no total de 400.000 ao Preço Unitário de R\$ 1.000,00. Os recursos obtidos por meio destas emissões foram destinados à aquisição da Saraiva Educação Ltda.. A debênture vencerá em 18 de dezembro de 2017 e terá remuneração de CDI + taxa média de 1,8% a.a.

Em 31 de outubro de 2014 foi realizada a Terceira Emissão de Debêntures da Companhia, em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversível em ações, nos termos da Instrução CVM 476, no total de 140.000 ao Preço Unitário de R\$ 1.000,00. Os recursos obtidos por meio destas emissões foram destinados ao resgate da totalidade das debêntures da Companhia e para capital de giro.

As principais condições estão descritas nos quadros abaixo:

Vigentes		
Debêntures		
Emissora	Editora Ática S.A.	Editora Ática S.A.
Emissão	3ª	4ª
Data de Emissão	31/10/2014	23/12/2015
Vencimento	31/07/2019	18/12/2017
Carência	33 meses	n/a
Pagamento Remuneração	Juros semestrais	Juros semestrais
Encargos Financeiros	CDI + 1,70% a.a.	CDI + 1,80% a.a.
Tipo de Emissão	Pública ICVM 476	Pública ICVM 476
Emissão Total (R\$)	140.000	400.000
Valor Total de Emissão Debêntures	540.000	

Para manutenção das condições contratuais das emissões de Debêntures vigentes citadas acima, a Companhia Fiadora, que é a Controladora Somos Educação S.A., se obriga a manter Índices Financeiros mencionados abaixo, durante o período de vigência das debêntures.

- i. Índice de alavancagem igual ou inferior a 3,5 em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016; 3,0 em 31 de dezembro de 2017 e; 2,5 a partir de 31 de dezembro de 2018 e anos subsequentes. Por Índice de alavancagem entende-se a relação entre a dívida líquida e o Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização Ajustado, incluindo a amortização do investimento editorial e baixas decorrentes de *impairment* de ativo (EBITDA Ajustado). Para aferição do EBITDA Ajustado, deverão ser incorporados os valores correspondentes ao EBITDA referente aos últimos 12 (doze) meses das escolas e sistemas de ensino que tenham sido adquiridos pela Editora Atica S.A. ou por qualquer de suas Controladas diretas ou indiretas, e,
- ii. Índice de cobertura de juros igual ou superior a 2,0 a partir de 31 de dezembro de 2014 e anos subsequentes. Por Índice de cobertura de juros entende-se a relação entre o EBITDA Ajustado e as despesas financeiras líquidas relativas ao período de 12 meses imediatamente anteriores.

Para a apuração de todos os índices financeiros acima para 2015, excluem-se os efeitos da aquisição da Saraiva Educação do EBITDA Ajustado, Dívida Líquida e despesas financeiras líquidas.

Os *covenants* são calculados anualmente e acompanhados quanto aos cumprimentos de todos os requisitos vigentes mensalmente. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia cumpriu com todos os requisitos vigentes.

16.3. BNDES - FINAME

Em junho de 2012, a Companhia, contratou linha de crédito junto ao BNDES (Finem) e o banco repassador Bradesco no valor de R\$ 23.877, para financiamento dos gastos com Plano Editorial e Impressão com encargos financeiros que variam entre 2,75% e 3,25% a.a. + TJLP + 1% a.a. e vencimento em janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo dessa operação é de R\$ 5.056 (em 31 de dezembro de 2015 R\$9.557).

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
IRRF	60	93
COFINS	291	208
ISS	42	78
PIS	63	47
INSS	2.363	84
TOTAL IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	2.819	510

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrente do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda provável, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, de acordo com a natureza dos processos e experiências passadas.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

a. Composição:

Processos	Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Trabalhistas	2.949	2.067
Cíveis	184	160
TOTAL PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	3.133	2.227

b. Movimentação:

	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	2.067	160	2.227
Atualização monetária e juros	-	261	123	384
Constituição de provisão	1.164	1.307	-	2.471
Baixa de provisão:				
- Por pagamento	-	(25)	-	(25)
- Por reversão	(1.164)	(661)	(99)	(1.924)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	2.949	184	3.133
Contingências	(5.945)	280	(484)	(6.149)
Garantia de ex-proprietários	5.945	3.002	668	9.615
Depósito Judicial Redutores da Provisão	-	(333)	-	(333)
TOTAL	-	2.949	184	3.133

A provisão para contingências é calculada considerando o valor provável para liquidação na data das demonstrações financeiras e, posteriormente, atualizada monetariamente quando aplicável, já estando, portanto, apresentada a valor presente.

A Administração procedeu à atualização das estimativas de perdas com processos baseado em seus assessores jurídicos considerando o objeto e a fase processual das ações.

A natureza das ações pode ser sumariada como segue:

i. Processos trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cujos pedidos mais frequentes referem-se a férias proporcionais, diferencial de salário, adicionais noturnos, horas extras, encargos sociais, dentre outros. Não há nenhum processo individual material, que necessite divulgação específica.

ii. Processos cíveis e tributários

Não há nenhum processo ou ação individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

18.1 Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como seguem:

Depósitos judiciais	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Tributários	2.121	4.178
TOTAL DEPÓSITOS JUDICIAIS	2.121	4.178
Depósitos judiciais	2.121	4.275
Depósitos judiciais redutores da provisão	-	(97)
TOTAL	2.121	4.178

18.2 Na opinião da Administração, todos os processos judiciais e administrativos foram adequadamente provisionados e para aqueles não provisionados, inclusive os processos para os quais a probabilidade de perda é estimada como possível pelos seus assessores jurídicos, a Administração entende que são mais favoráveis as chances de sucesso nesses casos. As contingências em discussão judicial, classificadas como perdas possíveis, não provisionadas, são como seguem:

Processos (Perda Possível)	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Tributários	139.807	100.006
Trabalhistas	18.267	10.669
Cíveis	19.658	36.080
TOTAL CONTINGÊNCIAS POSSÍVEIS	177.732	146.755

Em 31 de dezembro de 2016, parte substancial dos processos tributários com risco de perda possível, no montante de R\$ 58.951, refere-se a processos de compensação de créditos tributários de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS; e R\$ 80.856 refere-se a processos administrativos decorrentes IR/CSLL ou PIS/COFINS.

Em 31 de dezembro de 2016, parte substancial dos processos cíveis com risco possível, no montante aproximadamente de R\$ 19.045 (2015 – R\$ 35.800), refere-se a três processos judiciais relacionados à rescisão contratual com distribuidores.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2016, a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, é a seguinte:

	31 de dezembro de 2016	(Debitado)/ creditado ao resultado	31 de dezembro de 2015
Imposto diferido ativo			
Prejuízos fiscais e base negativa (i)	62.659	39.044	23.615
Provisão para contingências	1.065	308	757
Provisão para devedores duvidosos	620	342	278
Provisão para participação nos lucros - PLR	9.309	8.256	1.053
Plano de opção de compra de ações	324	(7.919)	8.243
INSS sobre opções outorgadas	1.692	-	1.692
Impostos com exigibilidade suspensa	23	-	23
Provisão para gratificação	199	(196)	395
Provisão gastos com reestruturação	728	(1.729)	2.457
Diferenças temporárias	1.133	324	809
Amortização de intangíveis identificados em combinações de negócios	65.704	65.704	-
Diferenças temporárias	(2.780)	(370)	(2.410)
Apresentação no balanço patrimonial	140.676	103.764	36.912
Ativo não circulante	140.676		39.322
(-) Passivo não circulante	-		(2.410)

(i) A realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias está relacionada ao período no qual as empresas estimam auferir lucro tributável suficiente para utilização desses saldos, bem como a realização das correspondentes diferenças temporárias que originaram o ativo ou passivo fiscal diferido.

De acordo com a CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. As estimativas dos resultados futuros que permitirão à compensação desses ativos são baseados na previsão orçamentária da Companhia, que é revisada e aprovada pela Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto e outras variáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

20.1. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

A Companhia é uma das patrocinadoras da entidade de previdência privada denominada Abrilprev Sociedade de Previdência Privada (“Abrilprev”) desde dezembro de 2007, a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas efetuaram contribuições a Abrilprev no montante de R\$ 1.367 (2015 - R\$ 1.325). A contribuição pela patrocinadora atualmente é de 3,8355% (2015 - 2,2154%), e o plano é opcional a todos os empregados das patrocinadoras.

O plano de previdência Abrilprev é de contribuição definida, portanto, nenhuma provisão para possíveis passivos atuariais é necessária. Assim que as contribuições são feitas, a Companhia e suas controladas não têm outras obrigações relativas a pagamento adicionais.

21. PLANO DE PAGAMENTO BASEADOS EM AÇÕES

Em 19 de março de 2015, o novo Plano de Remuneração de Pagamento Baseado em Ações foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da controladora Somos Educação S.A. e deferido por meio do Ofício nº 462/2015/CVM/SEP/GEA-1 em 13 de novembro de 2015.

Plano de Remuneração	2014	2015	2016
Data de início da provisão	01/01/2014	01/01/2015	01/01/2016
Data estimada da outorga	31/05/2015	31/05/2016	31/05/2017
Preço de ações na data estimada da outorga - R\$ (i)	12,33	9,47	7,85
Prazos de carência (<i>vesting</i>)	Anualmente por 5 anos a partir de 2015	Anualmente por 5 anos a partir de 2016	Anualmente por 5 anos a partir de 2017
Quantidade de ações outorgadas - Limite anual do Programa	2.612.577	2.612.577	2.612.577
Quantidade transferida até 31/12/2016	879.912	382.600	-
Quantidade a ser transferida nos próximos períodos de <i>vesting</i>	1.732.665	2.229.977	2.612.577

(i) O método utilizado para determinar o valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos para o novo plano é o Black Scholes, o qual está baseado em premissas econômicas de “*dividend yield*” e volatilidade do preço das ações.

As diretrizes do Programa consideram os instrumentos de incentivo aos administradores e empregados elegíveis, que por meio do atingimento de metas estabelecidas pelo Conselho de Administração receberão pagamentos em ações de emissão da Companhia naquele exercício social, desde que atingidas as metas e condições estabelecidas. O número total de ações incluídas no Programa está sujeito ao limite global de 5% do capital social, no limite de 1% do capital social por ano (5 anos). A efetiva transferência das ações cumprirá as regras estabelecidas no programa, de acordo com os termos e condições definidos para a concessão das ações.

Considerando que a Companhia, subsidiária integral da Somos Educação S.A., é parte do Plano de Remuneração de Pagamento Baseado em Ações, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os diretores da Companhia receberam da controladora Somos Educação S.A. 957.648 ações ordinárias pelo valor histórico de R\$ 10.808. Em decorrência desta entrega de ações, a companhia, de forma reflexa à sua controladora, registrou um ganho em transações de capital com acionistas no montante de R\$1.950, apresentadas no patrimônio líquido na rubrica reserva de capital em contrapartida a rubrica Ações Outorgadas também no patrimônio líquido.

A realização do saldo de opções outorgadas de ações no montante de R\$ 12.158 ocorreu, pois em julho de 2016, parte dos funcionários da Companhia que eram elegíveis ao plano de remuneração baseado em ações, passaram a ser diretores estatutários do Grupo, e suas opções outorgadas de ações passaram a serem registradas nas demonstrações financeiras da Controladora Somos Educação S.A..

22. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social é de R\$ 603.986 (R\$ 531.186 em 31 de dezembro de 2015), dividido em 603.985.515 (531.185.515 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias sem valor nominal.

Em 03 de fevereiro de 2016, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a controladora Somos Educação S.A. aprovou o aumento de capital na Companhia, no valor de R\$ 5.500, passando o capital social da Companhia de R\$ 531.186 para R\$ 536.686.

Em 31 de março de 2016, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a controladora Somos Educação S.A. aprovou o aumento de capital na controlada Editora Ática, no valor de R\$ 67.300, passando o capital social da Companhia de R\$ 536.686 para R\$ 603.986.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

23. RESERVAS

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Reservas de capital	805	805
Transações de capital com acionistas não controlador	12.087	
Opções outorgadas (nota 21)	187	24.374
TOTAL	13.079	25.179

24. RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Venda bruta de produtos e serviços, líquidos de devolução	425.481	370.792
Impostos sobre vendas	(121)	(172)
TOTAL RECEITA LÍQUIDA	425.360	370.620

25. DESPESAS POR NATUREZA

O detalhamento das despesas operacionais por natureza é apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2016				31 de dezembro de 2015			
	Custo	Vendas	Administrativa	Total	Custo	Vendas	Administrativa	Total
Depreciações e amortizações	(168)	(3.080)	(7.303)	(10.551)	(169)	(6.490)	(6.162)	(12.821)
Despesas com pessoal	(5.080)	(81.894)	(84.263)	(171.237)	(3.242)	(49.467)	(88.688)	(141.397)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(112.538)	(2.029)	(2.760)	(117.327)	(97.697)	(1.403)	(2.250)	(101.350)
Amortização de investimento editorial	(16.853)	-	-	(16.853)	(23.975)	-	-	(23.975)
Vendas Diretas	-	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Serviços de terceiros	(1.499)	(15.093)	4.899	(11.693)	(1.564)	(14.071)	(19.364)	(34.999)
Fretes	(7.304)	(1.101)	(688)	(9.093)	(7.745)	(538)	(59)	(8.342)
Manutenção e reparos	(40)	(2.047)	(17.404)	(19.491)	(147)	(1.758)	(7.056)	(8.961)
Direitos autorais	-	(32.212)	-	(32.212)	-	(27.317)	-	(27.317)
Comissões	-	(739)	-	(739)	-	(1.172)	-	(1.172)
Mídia	-	(11)	-	(11)	-	(30)	-	(30)
Eventos e seminários	-	(314)	-	(314)	-	(205)	-	(205)
Promoções	(38)	(22.205)	(615)	(22.858)	(51)	(7.692)	(438)	(8.181)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(359)	-	(359)	-	-	-	-
Aluguel	-	(2.663)	(1.608)	(4.271)	-	(3.410)	(2.736)	(6.146)
Viagens e representações	(73)	(7.766)	(1.552)	(9.391)	(75)	(5.495)	(1.644)	(7.214)
Processos / Contingências	-	-	(906)	(906)	-	-	-	-
Outras despesas, líquidas	(53)	(10.042)	(3.889)	(13.984)	(75)	(7.728)	4.139	(3.664)
TOTAL DESPESAS POR NATUREZA	(143.646)	(181.555)	(116.089)	(441.290)	(134.741)	(126.776)	(124.258)	(385.775)

O montante registrado em serviços de terceiros refere-se substancialmente a: consultoria, tecnologia da informação, segurança patrimonial e mão de obra terceirizada.

O montante registrado em despesas com pessoal inclui salários e encargos previdenciários.

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ganho na venda de imobilizado	218	1.657
Ganho na aquisição de investimento (Nota 29)	36.581	-
Multas fiscais e contratuais	(762)	(3.358)
Doações	(3)	(577)
Perda na alienação de investimentos	(6.800)	-
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.858)	(30)
Outras Receitas (Despesas), líquidas	27.376	(2.308)

27. RESULTADO FINANCEIRO

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
RECEITAS FINANCEIRAS:		
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	26.389	11.152
Descontos obtidos	91	184
Juros ativos	1.816	1.442
Mútuo	-	1.485
TOTAL RECEITAS FINANCEIRAS	28.296	14.263
DESPESAS FINANCEIRAS:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	(89.486)	(67.766)
Impostos	(2.058)	(700)
Mútuo	(232)	-
Descontos concedidos	(20)	2
Juros sobre outros passivos	(20.110)	(1.612)
Risco Sacado	(14.870)	(5.676)
Comissões e tarifas bancárias	(47)	(220)
Outros	(1)	(2)
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(126.824)	(75.974)
VARIAÇÕES CAMBIAIS:		
Ganhos cambiais	260	272
Perdas cambiais	(17)	(781)
TOTAL VARIAÇÕES CAMBIAIS	243	(509)
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	(98.285)	(62.220)

28. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores debitados e creditados na conta imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, nos resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, compõem-se de:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
PPREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(214.276)	(229.275)
Alíquotas oficiais de imposto	34,00%	34,00%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	72.854	77.954
Equivalência patrimonial	22.375	5.171
Perdas de capital	-	8.853
Reversão de juros financeiros	12.985	-
Diferenças permanentes - Baixa de Investimentos (Nota 12.1)	-	(62.609)
Outras diferenças permanentes	(4.355)	(2.902)
Outros	(102)	(61)
Juros sobre o capital próprio	-	(974)
TOTAL DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	103.757	25.432
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7)	(61)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	103.764	25.493

29. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Referem-se às dívidas assumidas por aquisição de empresas a serem pagas de acordo com os termos contratuais, sendo atualizados mensalmente pela taxa do CDI.

A composição dos saldos é como segue:

	31 de dezembro de 2015	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Provisão de Baixa	Provisão de Juros	31 de dezembro de 2016
Circulante						
Saraiva Educação (i)	395.454	(375.914)	(6.187)	(36.581)	23.228	-
TOTAL CIRCULANTE	395.454	(375.914)	(6.187)	(36.581)	23.228	-
Não Circulante						
Editora Scipione S.A	55.816	-	-	-	-	55.816
Somos Sistema de Ensino S.A	216.838	-	-	-	-	216.838
TOTAL NÃO CIRCULANTE	272.654	-	-	-	-	272.654
TOTAL	668.108	(375.914)	(6.187)	(36.581)	23.228	272.654

- (i) Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia e a Saraiva Siciliano S.A. assinaram o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição da Saraiva Educação Ltda., que ocasionou em depósito em conta caução (*escrow account*) no montante de R\$ 395 milhões.

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

30.1. Transações e saldos:

As transações e saldos que a Companhia efetuou e mantém com partes relacionadas, estão sumarizados a seguir:

31 de dezembro de 2016								
Partes relacionadas e Demais	Ativo		Passivo				Resultado	
	Circulante		Circulante		Não Circulante		Resultado	
	Juros sobre Capital Próprio	Contas a Receber	Fornecedores a Pagar	Empréstimos Obtidos	Empréstimos Obtidos	Contas a pagar por aquisição de participação societária (i)	Vendas, Custos, Despesas, líquidas	Receitas (despesas), Financeiras, líquidas
Acel Administração de Cursos Educacionais Ltda. (Sigma)	1.908	1.954	-	-	-	-	3.919	-
Colégio Motivo Ltda.	-	1.014	-	-	-	-	1.758	-
Curso PH Ltda.	103	-	-	-	-	-	533	-
Editora Scipione S.A	-	-	14	-	-	55.816	2.694	-
Edumobi Tecnologia de Ensino Ltda.	-	-	-	-	-	-	150	-
ETB editora técnica do Brasil Ltda.	-	-	-	-	-	-	165	-
Maxiprint Editora Ltda.	-	-	-	-	-	-	506	-
Saraiva Educação S.A.	2.112	-	-	21.600	-	-	-	-
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	-	3.297	-	-	-	-	13.102	-
Sistema PH de Ensino Ltda.	427	-	-	-	-	-	3.018	-
Sociedade Educacional Doze de Outubro Ltda. (Anglo 21)	-	39	-	-	-	-	384	-
Sociedade Educacional Paraná Ltda. (Colégio Maxi)	-	14	-	-	-	-	64	-
Somos Educação S.A	-	-	-	-	23.000	-	109	-
Somos Educação e Participação S.A.	-	-	-	-	-	-	273	-
Somos Sistema de Ensino S.A.	-	-	1	5.000	-	216.838	5.139	(232)
TOTAL PARTES RELACIONADAS	4.550	6.318	15	26.600	23.000	272.654	31.814	(232)

31 de dezembro de 2015							
Partes relacionadas	Ativo Circulante		Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado	
	Clientes a Receber	Juros sobre Próprio	Fornecedores a Pagar	Contas a pagar de aquisição societária (I)	Adiantamento para futuro aumento de capital	Vendas / (Custos, Despesas), líquidas	Receitas (despesas), Financeiras, líquidas
Acel Administração de Cursos Educacionais Ltda	612	1.908	-	-	-	537	-
Colégio Motivo Ltda	403	-	-	-	-	-	-
Curso PH Ltda	-	103	-	-	-	697	-
ETB Editora Técnica do Brasil Ltda	20	-	-	-	-	218	-
Editora Scipione S.A	84	-	9	55.815	-	384	-
Edumobi Tecnologia de Ensino Movel Ltda.	-	-	-	-	-	20	-
Park Carapuceiro Serviços Ltda.	-	-	-	-	-	25	-
Sistema PH Ltda	-	427	-	-	-	423	-
SGE Comercio de Material Didático Ltda	2.867	-	-	-	-	11.236	-
Somos Educação S.A.	-	-	34	-	67.300	31	1.485
Somos Sistema de Ensino S.A.	-	-	-	216.838	-	1.003	-
TOTAL PARTES RELACIONADAS	3.986	2.438	43	272.654	67.300	14.574	1.485

(i) Vide nota explicativa 12.1

Os empréstimos com partes relacionados são concedidos e obtidos por meio de contratos de mútuo e corrigidos pela taxa de juros do CDI.

30.2. Remuneração do pessoal chave da Administração:

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços prestados, está apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Salários e encargos	11.230	12.747
Participação nos lucros	5.187	5.883
Pagamento baseado em ações	12.087	10.808
	28.504	29.438

31. SEGUROS

À política da controladora Somos Educação S.A., da qual a Companhia é parte integrante é a de garantir a cobertura por meio de seguros para diversos riscos inerentes à operação de suas empresas.

Para todos os imóveis de propriedade da companhia ou alugados por ela, há uma apólice de Seguro Patrimonial prevendo a cobertura contra incêndios, alagamentos, vendavais, raios, explosões, dentre outros. O limite máximo de indenização (LMI) para esta apólice é de R\$ 300.000, com os devidos sublimites dependendo do imóvel e do tipo de sinistro. Os valores cobertos por imóvel correspondem ao patrimônio total de cada localidade, somando-se o edifício, as máquinas e equipamentos e os estoques.

A companhia possui ainda, apólices para proteção para danos causados a terceiros no curso de suas operações, para cobrir ações contra executivos e administradores, para garantir reparação por danos materiais e corporais em acidentes envolvendo sua frota de veículos e para cobertura de perdas e avarias em suas cargas transportadas. Vale pontuar que todas as apólices de seguros foram contratadas com companhias de seguros do mercado brasileiro.

32. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

a. Saraiva Educação Ltda.

Em 30 de dezembro de 2015, foi celebrado o Compromisso de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças tendo por objeto a aquisição da totalidade de quotas representativas de 100% do capital social (“Aquisição”) da Saraiva Educação Ltda.

A Saraiva Educação detém negócios de educação básica, técnica e superior, incluindo os selos “Editora Saraiva”, “Editora Érica”, “Sistema de Ensino Ético” e “Sistema de Ensino Agora”.

Os principais fatores que motivaram esta combinação de negócios foram para atender a expectativa do Grupo no crescimento dos serviços e produtos oferecidos aos parceiros, por meio dos Sistemas de Ensino, das atividades Editoriais e de outros produtos complementares de seu portfólio, visando o aumento de sua presença nesses mercados, totalmente em linha como o plano estratégico da Companhia. Também, esperam-se diversas sinergias das operações adquiridas com as operações da SOMOS, tais como melhor desempenho operacional.

O controle foi adquirido ao preço de R\$725,0 milhões (*enterprise value*), sujeito à correção pelo CDI e a ajustes em razão do endividamento líquido, do capital de giro e de outros critérios previstos em contrato, substancialmente relacionadas a performance e manutenção do negócio no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças.

Seguem abaixo demonstrado a alocação do preço de aquisição, de acordo com laudo datado de 30 de setembro de 2016 elaborado por especialistas externos:

Posição em 30 de dezembro de 2015:	Saldos Contábeis	Ajustes de Valor Justo	Valores Justos
Caixa e equivalentes de caixa	94.652	-	94.652
Contas a receber de clientes	102.479	-	102.479
Estoques	156.341	223.143	379.484
Impostos a recuperar	3.516	-	3.516
Demais ativos	10.028	-	10.028
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.881	-	19.881
Ativo imobilizado	3.535	3.048	6.583
Ativo intangível	43.428	1.499	44.927
Ativo intangível - carteira de clientes	-	9.166	9.166
Ativo intangível - cláusula de não competição	-	12.034	12.034
Ativo intangível - marcas	-	72.216	72.216
Ativo intangível - direito de edição	-	69.417	69.417
Investimentos	530	-	530
Fornecedores e demais contas a pagar	(62.292)	-	(62.292)
Empréstimos e financiamentos	(334.449)	-	(334.449)
Impostos e contribuições a pagar	(1.463)	-	(1.463)
Impostos de renda e contribuição social a pagar	(3.054)	-	(3.054)
TOTAL DE ATIVOS LÍQUIDOS	33.132	390.523	423.655
Goodwill			70.965
TOTAL CUSTO DE AQUISIÇÃO (i)			494.619
Valor pago			494.619
Pagamento à vista			99.165
Depósito em conta Caução “escrow account” (ii)			395.454
VALOR A PAGAR A PRAZO			-

- (i) Após ajustes de CDI e do capital de giro, o *enterprise value* da aquisição foi de R\$ 730.468 e, descontando o valor da dívida líquida, o custo de aquisição (*equity value*) apurado ficou em R\$ 494.619.
- (ii) Saldo depositado em conta caução – ativo financeiro (*escrow account*) no montante de R\$ 395 milhões sujeita a condições contratuais, cuja expectativa da companhia é de realização de curto prazo. A contra partida está no contas a pagar por aquisição da Saraiva Educação, indicados nas notas respectivas (nota 29).

DIRETORIA

EDUARDO SILVEIRA MUFAREJ
Diretor Presidente

Diretores:

DANIEL CORDEIRO AMARAL
FERNANDO SHAYER
GUILHERME FIGUEIREDO MAIA LUZ

DILSON ZANATTA FILHO
Contador CRC – 1SP248572/O-7